



CCJ vota na quarta cem destaques à reforma do Judiciário

Relator da proposta, o senador José Jorge (*foto*) revê hoje emendas a serem colocadas em votação na quarta-feira, entre as quais estão incluídos temas como a súmula vinculante. Também receberam muitos destaques os artigos relativos aos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público e à súmula impeditiva de recursos

Página 3

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.898 – Brasília, segunda-feira, 22 de março de 2004

Líderes buscam acordo para votar 12 medidas provisórias

Trancada desde o dia 17, pauta do Plenário do Senado deve iniciar esta semana com o exame da MP que fixa diretrizes a serem seguidas pela Agência Nacional de Saúde Complementar para incentivar a adaptação dos antigos contratos de planos de saúde à nova lei

Página 3

Proposta sobre parcerias chega esta semana

Governo já prepara estratégia para votar no Senado projeto que institui as parcerias público-privadas (PPP), pelas quais empresas poderão assumir tarefas do setor público.

Página 7

Aumento de contribuição recebe críticas

Proposta de aumentar em três pontos percentuais a contribuição ao INSS, em estudo pelo governo, recebeu críticas em Plenário dos senadores Alvaro Dias e Leonel Pavan.

Página 4



No Dia Internacional da Água, senadores sugerem reflexão

Poluição dos mananciais e má distribuição do acesso à água são questões que ainda convivem com uma política avançada para gestão de recursos hídricos. Os problemas e as conquistas no setor são analisados pelas senadoras Fátima Cleide e Lúcia Vânia e pelos senadores Garibaldi Alves Filho, José Jorge e Tião Viana, por ocasião do Dia Internacional da Água, comemorado hoje.

Página 6

RISCOS Poluição, como a do Rio Tietê, em São Paulo, é um dos motivos de preocupação no Dia Internacional da Água

Acompanhe os gastos públicos pela Internet

O Especial Cidadania reúne endereços na Internet onde é possível fiscalizar uso de recursos.

Página 8

Roosevelt Pinheiro



EXEMPLO Entidade é referência nacional e internacional, ressalta Rodolpho Tourinho

Tourinho registra 50 anos da Escola de Música da UFBA

A Escola de Música da Universidade Federal da Bahia está completando 50 anos, registrou na sexta-feira, em Plenário, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Fundada em 1954 pelo reitor Edgar Santos, a escola buscava a modernidade e trazia a vanguarda para as manifestações artísticas baianas, ressaltou o senador.

– Aquele grande momento baiano deu origem ao Cinema Novo e ao Tropicalismo, movimentos marcantes na história da cultura brasileira – observou.

A escola tornou-se referência nacional e internacional. De acordo com Tourinho, passaram por ela músicos como Tom Zé, Zizi Possi, o maestro Julio Medaglia, entre outros.

A entidade desenvolve programas de iniciação infanto-juvenil, cursos básico, de graduação e pós-graduação. O esforço de professores, alunos e funcionários tem mantido a Orquestra Sinfônica, o Madrigal e a Banda Sinfônica. Para comemorar o aniversário, disse Tourinho, a escola promoverá concertos no interior do estado e em locais pitorescos de Salvador.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Plenário discute amanhã medidas que trancam a pauta

A sessão de hoje, marcada para as 14h30, será não deliberativa. Amanhã, no mesmo horário, os senadores voltam a discutir as medidas que trancam a pauta do Plenário. A primeira proposta a ser examinada (MP 148/03) atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Outra medida provisória em pauta (MP 149/03) autoriza o Executivo a doar à República da Bolívia vacinas contra a febre aftosa. Também deverá ser examinado o PLV 12/04, que altera a Lei 10.188/01, que institui o Programa de Arrendamento Residencial.

Paim promove debate sobre reformas

O senador Paulo Paim (PT-RS) – foto – promove hoje, às 10h, na Biblioteca do Senado, debate sobre as reformas da Previdência, aprovada no fim do ano passado, e do Judiciário, em discussão na Casa. Participam do encontro os presidentes da Associação dos Magistrados Brasileiros, Cláudio Baldino Maciel, e da Associação de Juizes do Rio Grande do Sul, Carlos Rafael dos Santos.



Guido Mantega fala sobre contingenciamento

O novo relatório ao Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 continua na pauta da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reúne amanhã, às 14h30. A votação da proposta foi adiada por



falta de quórum entre os parlamentares. Às 15h, o colegiado ouve o ministro do Planejamento, Guido Mantega, que esclarece o contingenciamento ao Orçamento de 2004.

Comissões realizam audiências públicas



O ministro da Educação, Tarso Genro, discute a reforma universitária na Comissão de Educação (CE) amanhã, às 9h30. No mesmo dia, às 10h, o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, fala à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) e, às 11h, o ouvidor agrário nacional, Gersino José da Silva, participa de audiência na CPI da Terra.

Recursos do FAT para financiar cursos de graduação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa amanhã, às 10h, projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que permite a utilização de verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio dos sindicatos de trabalhadores, para o financiamento de cursos de graduação (PLS 52/03). Também em pauta proposta que dispõe sobre a produção e comercialização do vinho (PLC 89/00).



Construção de gasodutos

Amanhã, às 11h, a Comissão de Infra-Estrutura (CI) discute o andamento dos projetos para a construção do Gasoduto Camamu (Salvador) e do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene). Participam da reunião o presidente da Gaspetro, Djalma Rodrigues, e o diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme Estrela.

Reprodução assistida

Em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne na quarta-feira, às 11h, projeto que institui normas para utilização de técnicas de reprodução assistida, utilizadas em casos de infertilidade, como a inseminação artificial, fertilização *in vitro* e "barriga de aluguel" (PLC 54/02).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



J. Freitas

PAPELADA Legislação ambiental pode desestimular investidores, afirma Ramez Tebet

Tebet cobra infra-estrutura e critica burocracia

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o crescimento sustentado do país não deve ser condicionado somente à queda da taxa de juros, que se encontra em 16,25%. Para ele, o governo tem que oferecer condições de infra-estrutura, como a melhoria das rodovias, construção de ferrovias, reaparelhamento dos portos e saneamento básico. O senador manifestou-se a favor do projeto de parceria público-privada, aprovada na Câmara, e que começa a tramitar, nos próximos dias, na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Tebet.

Outro fator que deve ser levado em conta, observou Tebet, é o combate firme à burocracia que "vem emperrando o desenvolvimento do país". Como exemplo, ele informou que, para a construção de uma rodovia, o Ministério do Meio Ambiente exige enorme papelada, como a chamada licença ambiental, que, notou, chega a desestimular os investidores.

Burocracia

Apesar de deixar claro não ser contra a preservação do meio ambiente, Tebet entende que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem que ser mais ágil. E informou que na cidade de Três Lagoas (MS) um porto construído para beneficiar a região ainda não entrou em funcionamento em virtude da não concessão da licença ambiental, apesar de o Ibama admitir que "houve exageros da fiscalização".

Tebet disse que a burocracia é tanta que ele, na condição de senador, nem sequer consegue marcar audiência com o presidente do Ibama, Marcus Barros. Tão logo desceu da tribuna, Tebet foi informado, por telefone, que a audiência havia sido marcada para amanhã.

Sarney grava depoimento sobre ditadura para TV Senado

O presidente do Senado, José Sarney, gravou na sexta-feira depoimento para um programa da TV Senado sobre os 40 anos da tomada do poder pelos militares em 1964, no qual revela que não sabia e nem participou das articulações do golpe. Segundo Sarney, ele logo passou a integrar, na área política, o grupo que apoiava a volta à normalidade democrática. O senador também falou sobre o impacto da ditadura na arte e cultura brasileiras.

– Foi um período de grande sombra, um período de obscurantismo, que matou a cultura – disse Sarney.

Na avaliação do senador, o que levou à ruptura institucional em 1964 foi a perda de autoridade do então presidente João Goulart, que não contava com apoio político ou militar que lhe garantissem condições de resistir, pois o grupo que o defendia era pequeno e havia uma radicalização muito grande no Congresso Nacional. Diante desse quadro, a própria opinião pública respaldou o movimento que o depôs.

– Jango não tinha densidade política própria, era uma cria de Getúlio Vargas, levado à Presidência pela renúncia de Jânio Quadros, de quem era vice, e foi contestado já na hora de assumir o cargo. Ele não tinha condições de reverter o quadro – afirmou.

Sarney apontou também o contexto internacional de divisão ideológica do mundo em dois blocos, típico da “Guerra Fria”, entre Estados Unidos e a então União Soviética, como fator que contribuiu para o rumo dos acontecimentos. Ele lembrou que, prevendo o acirramento dos ânimos, fez um pronunciamento como deputado, em 19 de março de 1964, apelando pela preservação das



RAÍZES Sarney aponta as causas do movimento que levou os militares ao poder em 1964

instituições.

Mas as raízes mais antigas de 1964 estão, para o senador, no suicídio de Getúlio Vargas, dez anos antes: “Foi um gesto dramático, que comoveu o país e inverteu o processo que levaria à sua renúncia ou deposição, mas acabou em 64”, avalia o senador.

Para Sarney, Getúlio, antes político hábil e competente, mostrou-se incapaz de negociar e conviver com os ventos democráticos do pós-guerra, apegando-se ao velho caudilhismo, cujas práticas deram a seus opositores munição para as acusações de corrupção da campanha do “mar de lama” comandada pela UDN.

Segundo Sarney, desde o início houve divisão entre os militares que queriam a volta à democracia, como o marechal Castello Branco, e os que pretendiam manter a ditadura, “uma luta interna que marcou os vinte anos da Revolução”. Vencidas em 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5, as idéias de Castello Branco retornariam com a abertura lenta e gradual, ao estilo autoritário do general Ernesto Geisel (1974-1979).

Único governador de estado a protestar contra o AI-5, Sarney foi o relator no Congresso da medida que o extinguiu, e durante o período de exceção alinhou-se aos políticos que trabalhavam pela volta da democracia, tendo destacado, entre outros, Petrônio Portella, Daniel Krieger, Jarbas Passarinho, Nelson Marchezan, Aloísio Chaves e o senador Marco Maciel (PFL-PE).

Líderes tentam acordo para destrancar a pauta

■ Câmara modificou sete das 12 medidas provisórias que paralisam as votações no Senado

Líderes dos partidos políticos tentarão neste início de semana chegar a um acordo para que sejam votadas 12 medidas provisórias (MPs) que estão trancando a pauta de votações do Plenário do Senado desde a última quarta-feira.

A primeira MP a ser votada, de número 148/03, fixa as novas diretrizes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) referentes a planos de saúde. A seguir, os senadores deverão votar duas MPs, assinadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 19 de dezembro do ano passado (números 149 e 150), que autorizam o governo brasileiro a doar vacinas contra febre aftosa à Bolívia e aumentam os valores destinados ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que financia casas para a população de baixa renda de grandes centros urbanos.

As outras medidas provisórias criam o Instituto Nacional do Semi-Árido (MP 151); mo-



ACÚMULO Plenário do Senado terá de votar MPs que tratam desde planos de saúde até programa de financiamento de casas populares

dificam a lei que trata da administração de imóveis da União (MP 152); instituem a taxa de avaliação *in loco* das instituições de ensino superior (MP 153); autorizam a Fundação Oswaldo Cruz a produzir e distribuir medicamentos do Programa Farmácias Populares (MP 154); e tratam da organização do quadro de pessoal das agências reguladoras (MP 155).

Outras cinco medidas provisórias, todas já votadas pelos deputados, instituem o auxílio-aluno dentro do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem (MP 156); permitem que integrantes de guardas municipais de cida-

des com mais de 50 mil habitantes usem armas em serviço (MP 157); organizam o quadro de pessoal da Agência Brasileira de Inteligência (MP 158); autorizam o governo a conceder ajuda financeira à Companhia de Navegação do São Francisco (MP 159); e instituem uma gratificação temporária para servidores técnico-administrativos e técnico-marítimos das instituições federais de ensino (MP 160).

Das 12 medidas provisórias, sete receberam modificações na Câmara e passaram a se chamar projetos de lei de conversão. Caso sejam modificados no Senado, eles retornam à Câmara dos Deputados.

CCJ vota destaques à reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado começa a votar nesta quarta-feira, a partir das 10h, os mais de cem destaques ao texto básico da reforma do Judiciário, aprovada pela comissão no último dia 17. Hoje, o relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE), revê com seus assessores o material a ser colocado em votação, que inclui temas polêmicos como a

súmula vinculante.

Além da súmula vinculante – para causas no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) –, receberam muitos destaques os artigos relativos ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, e à súmula impeditiva de recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A súmula vinculante e a

súmula impeditiva têm basicamente o mesmo objetivo: impedir que os tribunais superiores fiquem abarrotados com recursos relativos a matérias em torno das quais já se firmou um consenso jurídico. Se um juiz de instância inferior julgar em desacordo com essas súmulas, os advogados não poderão recorrer às cortes superiores. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é contra.

Educação debate reforma universitária com Tarso Genro

A Comissão de Educação (CE) realiza audiência pública amanhã, às 9h30, com o ministro da Educação, Tarso Genro. Ele debaterá com os senadores a reforma universitária. O convite ao ministro foi sugerido por meio de requerimentos apresentados pelos senadores Osmar Dias (PDT-PR), José Jor-

ge (PFL-PE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Segundo a página do Ministério da Educação na Internet, até novembro estará concluído o projeto da Lei Orgânica do Ensino Superior, nome oficial da reforma universitária. A proposta, que deverá ser encaminhada para apreciação do Con-

gresso, irá fortalecer a universidade pública e regular a relação do ministério com as instituições de ensino superior privadas.

O *site* do Ministério da Educação também informa que um grupo daquela pasta está trabalhando para identificar convergências entre as propos-

tas recolhidas junto a 18 entidades da comunidade acadêmica.

Alguns dos pontos que estão incluídos na reforma universitária são a definição do papel das instituições de ensino superior, a autonomia universitária, o financiamento e o acesso e a permanência nos cursos.



MUDANÇAS Entre outras alterações, Genro vai explicar a autonomia universitária

Alvaro critica aumento da contribuição do INSS

Proposta do ministro da Previdência é rejeitada pelo senador, que sugere tributação do sistema financeiro

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a proposta feita pelo governo de aumentar em três pontos percentuais a contribuição previdenciária, com vistas a efetuar pagamento de R\$ 12,3 bilhões referentes a reajuste de aposentadorias. Em vez disso, sugeriu o senador, durante discurso no Plenário, o governo poderia tributar o sistema financeiro para arranjar essa quantia e não “lançar mão ao bolso do contribuinte”.

De acordo com Alvaro Dias, a sua sugestão permitiria a arrecadação de R\$ 2 bilhões a mais para a Previdência Social e não prejudicaria os trabalha-



RECURSOS Alvaro Dias afirma que sua sugestão não prejudica trabalhadores e empresas

dores e as empresas. Ele defendeu sua proposta lembrando que os banqueiros tiveram o maior lucro em 2003, justamente no governo do PT, e observou ainda que o país é o segundo a praticar a maior carga tributária sobre salários, o que representa 42,15%, índice próximo ao da Dinamarca.

Pavan lamenta peso da carga tributária

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou a medida sugerida pelo governo de aumentar em três pontos percentuais, durante cinco anos, as contribuições de empregadores e empregados para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como forma de financiar a reposição de perdas sofridas pelos aposentados a partir de 1994.

A seu ver, o aumento da contribuição tornará ainda maior o peso da carga tributária do país. Ele citou estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), segundo o qual a tributação dos salários aumentou 6% em 2003 em relação ao ano anterior. Os descontos para o Imposto de Renda e para o INSS, citou, já alcançam quase 20% dos salá-

rios. Enquanto isso, observou o senador, a maior parte dos acordos salariais do ano passado resultou em reajustes abaixo da inflação.

Ao observar que os brasileiros não suportam mais a carga tributária, o senador disse que não procurava desestabilizar o governo, mas contribuir para melhorar a situação da população. Ele pediu ao presidente Lula que cumpra as promessas da campanha eleitoral, uma vez que a frustração da sociedade estaria prejudicando todo o meio político.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) concordou com a necessidade de se alertar o governo para os efeitos de suas medidas sobre a economia.

Pavan recordou que havia apresentado projeto para regu-

O senador conclamou o Congresso a rejeitar a proposta do governo e também fez apelo ao PMDB para que “evite o desatino” de atingir o trabalhador brasileiro na gestão da pasta da Previdência. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse apoiar o aumento para os aposentados, mas discordar da elevação da carga tributária.

Alvaro também condenou as declarações do presidente Lula de que não poderia, “em nome da geração de empregos, legalizar o crime organizado e a lavagem de dinheiro, apoiando a continuidade do funcionamento das casas de bingos, o que seria o mesmo que apoiar a prostituição infantil”.

Para Alvaro, Lula incorre em contradição, pois enviou recentemente mensagem ao Congresso juntamente com medida provisória para regulamentar o funcionamento dos bingos.



CARGA PESADA Segundo Leonel Pavan, brasileiros não suportam mais tantos impostos

lamentar a atuação dos bingos e o retirou depois que o governo anunciou a sua própria proposta nesse sentido.

O senador ainda solicitou atenção especial aos agricultores de Santa Catarina que estão sofrendo as consequências da estiagem que ocorre no Sul.



DEBATE Ministro Berzoini (E) e Mercadante concordam que será preciso adaptar Justiça do Trabalho a reformas trabalhista e sindical

Mercadante discute reformas com Berzoini

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), recebeu na sexta-feira o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, e o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lélvio Bentes Corrêa, para compatibilizar as reformas trabalhista e sindical – que serão ainda encaminhadas pelo Executivo – com a reforma do Judiciário, que está em fase de votação no Senado. Berzoini e Mercadante disseram que o principal ponto que precisa de acerto é a adaptação da Justiça do Trabalho às inovações que as reformas trabalhista e sindical introduzirão no país.

– Pretendemos praticamente acabar com os dissídios e seus julgamentos na Justiça do Trabalho. A ideia é reforçar as negociações coletivas, criar mecanismos modernos e, para isso, com a possibilidade de indicação de árbitros, que podem ser públicos ou cidadãos indicados pelas partes envolvidas – disse Berzoini.

O ministro explicou que isso não vai representar um esvaziamento da Justiça do Trabalho: “Ao contrário, a Justiça do Trabalho sairá fortalecida, porque terá mais condições para julgamentos individuais, de casos isolados entre patrões e empregados”, observou.

Mercadante afirmou que outro ponto buscado pelas reformas trabalhista e sindical será a desoneração dos encargos

trabalhistas das empresas.

A reforma trabalhista deverá chegar ao Congresso em 2005 e a sindical, ainda este ano, informou o senador. “Precisamos criar mecanismos modernos de negociação coletiva, como existem nos Estados Unidos e na Europa”, acrescentou.

O líder do governo também destacou que a proposta do ministro da Previdência Social, Amir Lando, de aumento de três pontos percentuais sobre as contribuições da Previdência Social, ainda não está decidida.

Embratel

A empresa que comprar o controle acionário da Embratel terá que negociar com o governo brasileiro o controle dos satélites, anunciaram na sexta-feira Aloizio Mercadante e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, depois de um almoço no gabinete da liderança.

Mercadante e Lessa explicaram que, apesar de o governo passado ter feito essa privatização incluindo a rede Brasilsat, o governo Lula não abrirá mão da questão estratégica concernente à subsidiária Star One, que presta serviços de comunicação via satélite, e a Banda X, faixa exclusiva de transmissão por satélite utilizada pelas Forças Armadas. As duas integram o patrimônio da Embratel.

João Ribeiro quer suspensão da pesca por cinco anos

A suspensão da pesca profissional por um período de cinco anos nas bacias afetadas pela baixa piscosidade, para dar tempo à reprodução de espécies em extinção; a concessão do seguro-desemprego aos pescadores artesanais enquanto durar esse defeso especial; além de providências para

requalificá-los na área do ecoturismo foram algumas das medidas sugeridas na sexta-feira pelo senador João Ribeiro (PFL-TO).

O senador anunciou que vai pedir audiência ao secretário especial da Aqüicultura e da Pesca, José Fritsch, para encaminhar as suas propostas

como uma alternativa para ajudar na recuperação de rios brasileiros, como o Araguaia, “que tem capital importância para a manutenção da sustentabilidade de parte da região amazônica e que, infelizmente, começa a sofrer uma tragédia ecológica anunciada”. João Ribeiro reconheceu que

as autoridades federais não estão insensíveis ao problema. Citou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que vem baixando as normas necessárias ao defeso, e o trabalho da Secretaria Especial para consolidar as políticas de desenvolvimento do setor.



J. Freitas

Célio Azevedo

Para Antero, Abrabin teve acesso a anteprojeto

A instalação das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) dos Bingos e do caso Waldomiro Diniz voltou a ser defendida, em Plenário, pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Segundo o parlamentar, não resta dúvida de que a Associação Brasileira de Bingos (Abrabin) copiou, no ano passado, o anteprojeto elaborado pelo Ministério do Esporte sobre a regularização desses jogos em todo o país.

– Cabe indagar se o Ministério do Esporte também mandou à Abrabin cópia do anteprojeto que encaminhou à Casa Civil da Presidência da República em junho de 2003. Se mandou, por que o fez? Se não mandou, como foi que a cópia do documento chegou às mãos da associação? Teria sido alguém da Casa Civil? Teria sido o Waldomiro Diniz?

Para Antero, se houve vazamento de informação da proposta do Ministério do Esporte, trata-se de “um fato grave que precisa ser devidamente apurado”.

Depois de estranhar, apesar das evidências, que o ministério tenha contestado a semelhança entre o anteprojeto oficial e a proposta sobre a regularização dos bingos elaborada pela Abrabin, e enviada a autoridades e parlamentares, ele afirmou que em nada menos de 70% os dois textos são semelhantes.

Antero de Barros também comentou matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* de sexta-feira dando conta de que Rogério Buratti, que está sendo investigado por suspeita de envolvimento com Waldomiro Diniz, trabalhou com José Dirceu quando este era deputado estadual, em 1987.



ARGUMENTO Vazamento de informações justifica CPIs, afirma Antero Paes de Barros

Presidente da Caixa fala amanhã a comissão sobre contrato com GTech

Contrato está sob investigação desde que foi divulgado vídeo envolvendo Waldomiro Diniz com propina

O presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, falará amanhã, aos integrantes da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), sobre a renovação do contrato entre a instituição e a multinacional norte-americana GTech, que fornece com exclusividade equipamentos e tecnologia para operar as loterias federais.

O contrato da Caixa com a empresa GTech envolve a quantia de R\$ 650 milhões e está sob investigação da Polícia Federal e do Ministério Público desde a divulgação de fita de vídeo em que o ex-assessor da Presidência da República Waldomiro Diniz, à época presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), negociava doações de campanha com o empresário do ramo de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

O empresário também tinha ligações com a GTech, que renovou contrato com a Caixa por mais 25 meses, após uma

série de encontros entre os diretores da multinacional com Waldomiro, já durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com os depoimentos dos diretores da GTech à Polícia Federal, Waldomiro teria prometido a renovação do contrato com a Caixa se a multinacional contratasse a consultoria do empresário Rogério Buratti.

O requerimento de convocação de Jorge Mattoso é de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da CFC. Integram o colegiado 15 senadores, oito deles da base de apoio ao governo.



CONVOCAÇÃO Comparecimento de Jorge Mattoso à CFC foi proposto por Suassuna (foto)

Virgílio pede a Dirceu que explique acusação a tucano

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), pediu na sexta-feira ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que torne públicas as irregularidades de que teria tomado conhecimento, atribuídas a integrantes do PSDB, segundo nota publicada pela revista *Veja*. Somente dessa forma, argumentou, José Dirceu estaria contribuindo para a punição dos possíveis culpados.

– O ministro José Dirceu está desafiado a vir dizer quem é no PSDB que não se compõe com a boa ética. Ou ele está sendo leviano, e estamos atentos à possibilidade de divulgação de falsos dossiês Cayman, ou está prevaricando. Esse é o pacto do silêncio que cabe à máfia siciliana, não ao Brasil de hoje.

Para o senador, não é o PSDB que “namora o perigo”, como teria dito Dirceu, mas sim o próprio ministro, que indicou para a sua assessoria Waldomiro Diniz, acusado de intermediar a renovação de contrato da Caixa Econômica Federal com a empresa norte-americana GTech. Ele disse que o governo não pode ter “duas caras” em relação ao PSDB, pedindo de um lado apoio em votações do Congresso e, de outro, fazendo “acusações veladas” pela imprensa.

Virgílio questionou os motivos que teriam levado diretores da GTech a viajar para os Estados Unidos, sob o pretexto de que teriam a segurança pessoal ameaçada no Brasil. “De que



DESAFIO Virgílio: “Estamos atentos à possibilidade de divulgação de dossiês Cayman”

eles têm medo?”, perguntou o senador, ao lembrar que, de acordo com a imprensa, Waldomiro indicara Rogério Buratti – afastado da prefeitura de Ribeirão Preto (SP) pelo então prefeito Antonio Palocci – para negociar a renovação do contrato com a GTech.

O senador leu, em Plenário, declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva segundo a qual o crescimento da economia seria irreversível até 2006. Ele observou que o ano de 2005 poderá marcar a alta dos juros americanos, tornando mais escassos os capitais externos, e que, segundo levantamento feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as empresas brasileiras têm baixa propensão para investir.

– O governo federal não cria ambiente propício ao investimento e só sabe se livrar das dificuldades com promessas – acusou Virgílio.

Lúcia Vânia alerta para questão social do país

Ao alertar o governo para a gravidade do problema social, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apontou as altas taxas de juros, o excesso de tributos e o desemprego como as principais questões a serem enfrentadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Especialmente em momentos de crise, é importante a manutenção dos programas de transferência de renda, observou, cobrando solução para a onda de greves que se espalha pelo país.

Lúcia Vânia afirmou que todos os entes com responsabilidade social, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vêm advertindo sobre a necessidade de mudança radical na economia. De acordo com o texto da CNBB publicado na sexta-feira pela imprensa e lido em Plenário pela senadora, nunca se viu tanta miséria no país. Os bispos defendem a adoção de política econômica que atenda primeiro aos problemas sociais.

Ela disse que o PSDB tem exercido seu papel fiscalizador de oposição, sempre chamando atenção do governo para seus maiores problemas, como o caso Waldomiro Diniz (ex-assessor da Casa Civil acusado de corrupção) e a política econômica em vigor. A senadora pediu o prosseguimento dos programas sociais da administração Fernando Henrique, salientando que “foram gerados com uma visão moderna, descentralizada, e hoje parecem



SOLUÇÃO Lúcia Vânia quer execução de programas do governo Fernando Henrique

estar sendo desconsiderados pelo governo”.

Greves

Ao alertar para as consequências da onda de greves que se espalha no Brasil, Lúcia Vânia ressaltou que a paralisação dos fiscais de produtos agropecuários pode prejudicar as exportações nacionais e trazer grandes prejuízos, especialmente à Região Centro-Oeste. Ela defendeu uma solução para o pleito dos fiscais agropecuários, que reivindicam isonomia com outros fiscais federais.

Para a parlamentar, já passou a hora de o Congresso Nacional regulamentar o direito de greve, previsto na Constituição de 1988. Em aparte, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou o trabalho de Lúcia Vânia em defesa de Goiás, dos mais necessitados e das crianças, e registrou o carinho que Santa Catarina tem pela representante goiana.

Senadores sugerem reflexão no Dia da Água

Poluição dos mananciais e má distribuição do acesso à água são os principais problemas

Mais do que comemorar, hoje, o Dia Internacional da Água, na opinião de senadores, o Congresso Nacional deveria aproveitar a data para uma reflexão sobre a poluição dos recursos hídricos, o desperdício e a má distribuição do acesso à água.

A transposição do Rio São Francisco divide opiniões, e a expansão da agricultura compromete rios na Região Centro-Oeste. Na Amazônia, a água existe em abundância, mas a construção de obras como hidrelétricas altera o volume dos rios, a exemplo do que ocorre em Rondônia, onde até populações indígenas têm sido prejudicadas.

Apesar dos problemas, alguns senadores apontam avanços na política de recursos hídricos adotada no país, citando a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) e a aprovação da Lei de Recursos Hídricos – a Lei das Águas.

Vice-líder do PT, Fátima Cleide (RO) afirma que no Brasil a água é distribuída de forma desigual. Ela condena a privatização desse recurso, ao defender o “acesso democrático à água de qualidade”. Em seu estado, a senadora cita, entre as ações que dificultam o acesso à água, a construção de hidrelétricas e a falta de saneamento básico.

– As modificações sofridas ao longo dos rios causaram sérios problemas às populações ribeirinhas, inclusive grupos indígenas, que, durante o período seco, não podem utilizar o rio para navegação e ainda são obrigadas a beber água de péssima qualidade nas aldeias – lamenta

Fátima Cleide.

Mesmo divergindo em relação à transposição do Rio São Francisco como alternativa para minimizar a falta de água no semi-árido nordestino, os senadores José Jorge (PFL-PE) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) reconhecem que nos últimos anos foram adotadas medidas importantes na área de recursos hídricos. Citam a criação da ANA e a aprovação da Lei de Recursos Hídricos, que estabeleceu regras para o uso dos mananciais, incluindo a cobrança pela utilização da água captada diretamente por usuários.

Os avanços, na opinião de José Jorge, não foram ainda suficientes para reverter a situação do Nordeste, que continua com problemas para desenvolver a agricultura por falta de água.

– Somos uma região de grande importância para o país, mas ao mesmo tempo a mais pobre, em função da seca e da escassez de mananciais – diz o senador.

José Jorge discorda da transposição do São Francisco da forma como está proposta, mas afirma que a água poderia ser transportada para o semi-árido por meio de adutoras fechadas e exclusivamente para consumo humano.

Já o senador Garibaldi Alves aposta na transposição como alternativa para resolver de forma definitiva os problemas do semi-árido e explica que o empreendimento deve ser conduzido junto com um pro-

O país das águas

- O Brasil detém 12% do total de água doce do planeta, um volume que poderia garantir o abastecimento farto de toda a população.
- Esse recurso é mal-distribuído e os mananciais que cortam áreas mais densamente povoadas estão poluídos e assoreados, especialmente na Região Centro-Sul do país. O Rio São Francisco, em determinados trechos, pode ser atravessado a pé.
- A ocupação desordenada do solo e os desmatamentos causam enchentes, como no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e na região do Pantanal Mato-Grossense, onde a cada ano rios de áreas mais altas, como o Taquari, despejam agrotóxico, terra e poluição, colocando em risco um dos ecossistemas mais ricos do mundo.
- Além dos cursos de água visíveis, dois terços do Aquífero Guarani, a maior reserva de água subterrânea do mundo, estão localizados no Brasil.
- No país, ocorre grande desperdício de água: os dados mostram que as perdas na distribuição variam de 0% a 65% do que é captado nos mananciais.
- Quase 65% das internações hospitalares no país relacionam-se a doenças causadas por contaminação hídrica.

grama de revitalização do São Francisco.

– O rio realmente enfrenta problemas sérios de assoreamento e de poluição, mas uma iniciativa não anula a outra – sustenta o senador.

Otimista, ele acredita que o país, hoje, dispõe do “arsenal legislativo” necessário para resolver os dois maiores desafios nessa área: a poluição e a escassez de água, mas alerta: “Falta tirar do papel”.

Impacto ambiental

A situação dos recursos hídricos na Região Centro-Oeste preocupa a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) diante da expansão agrícola, em especial da soja, que, na opinião dela, nem sempre leva em conta a necessidade de estudos de impacto ambiental. Lúcia Vânia lamenta que a poluição atinja mananciais, como o Rio Meia Ponte, que corta a cidade de Goiânia e abastece cerca de 3 milhões de pessoas.

O senador Tião Viana (PT-AC) vê o Dia Internacional da Água como um momento único para analisar estatísticas que

mostram a gravidade de doenças transmitidas por água contaminada.

– Como parlamentar e médico, fico sonhando com o dia em que todos puderem abrir uma torneira e recolher água limpa e abundante – diz o senador, depois de citar estatísticas que registram a morte de 3,4 milhões de pessoas por ano, em todo o mundo, devido à falta de água e de saneamento básico.

O senador assegura que o saneamento é uma prioridade do governo Lula, que, no ano passado, aplicou R\$ 4 bilhões em programas nesse setor.

– Se conseguirmos investir R\$ 5 bilhões por ano, durante duas décadas estaremos mudando, de forma radical, o quadro que enfrentamos hoje, assegurando a todos os brasileiros água de boa qualidade – afirma Tião Viana.

O senador elogia a Campa-

nha da Fraternidade lançada este ano pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – cujo tema é “Água, Fonte de Vida” – e outra iniciativa da entidade, que lançou, junto com o Ministério Público Federal e a Frente Parlamentar das Águas, a Defensoria das Águas. A defensoria tem como meta garantir a aplicação das leis, normas e resoluções voltadas para os recursos hídricos.

Lei inaugura gestão democrática

A criação de comitês de bacia e a cobrança pelo uso da água captada diretamente de mananciais por consumidores estão entre as principais inovações da Lei das Águas (nº 9.433/97), que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. A decisão de cobrar pela água, logo que a lei foi aprovada, provocou polêmica, já que empreendimentos localizados em bacias hidrográficas até então captavam a água sem custo. O sistema começou pelo Rio Paraíba do Sul, que corta os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, uma das regiões com maior concentração de indústrias no país.

Os comitês de bacia estão permitindo descentralizar a política de recursos hídricos e começaram a ser implantados nas principais bacias, entre elas a do São Francisco e do Paraíba do Sul. Os comitês inauguraram a gestão democrática das águas e são responsáveis pela fiscalização dos recursos hídricos e definição do valor a ser cobrado por cada metro cúbico de água utilizada. Cabe, ainda, aos comitês de bacia escolher onde e como as receitas serão aplicadas.



PPP no Senado: governo prepara estratégia



APELO Para Mozarildo, desvio de recursos destinados à saúde dos índios justifica a pressa

Mozarildo quer votar logo a regulamentação de ONGs

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fez um apelo na sexta-feira, durante discurso no Plenário, para que os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apresssem a votação dos dois projetos que regulamentam o funcionamento das organizações não-governamentais (ONGs), cujo relator é o senador César Borges (PFL-BA). Segundo Mozarildo, a matéria já consta da pauta da CCJ e está aguardando votação.

Para mostrar a importância dos projetos, um deles de sua autoria (PLS 246/02), Mozarildo leu matérias publicadas nos jornais *Correio Braziliense* e *A Crítica*, de Manaus, na edição de quinta-feira (18), sobre desvio de recursos de mais de R\$ 2,2 milhões destinados à saúde dos índios.

O caso resultou no afastamento do cacique Almir Suruí, que presidia a Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e Sul do Amazonas (Cunpir), e na suspensão do convênio da ONG, que representa 42 grupos indígenas e 10 mil índios, com a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e com o Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

Mozarildo lembrou que a CPI das ONGs identificou, em 2002, indícios de irregularidades em dez dessas organizações, uma delas a Cunpir, envolvida em retirada ilegal de madeira em área de reserva indígena e procedimentos irregulares no convênio com a Funasa.

■ A parceria público-privada poderá ser uma das formas de atrair investimentos para setores carentes

Chega ao Senado, nesta semana, o projeto de lei que institui as parcerias público-privadas (PPP), pelas quais empresas privadas nacionais e estrangeiras poderão assumir tarefas do setor público, como obras e administração de serviços, mediante contratos firmados com o governo, por meio de licitações. Apresentado pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados no semestre passado, o PL 2.546/03 foi aprovado na quarta-feira (17) pelos deputados, depois de amplo acordo entre governo e oposição, e deverá, no Senado, iniciar sua tramitação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

As PPP são consideradas uma das apostas do governo para atrair novos investimentos para setores carentes de recursos, como obras de infraestrutura, segurança, habitação e saneamento.

A assinatura de um contrato de parceria público-privada pode ocorrer para a construção de uma rodovia ou ferrovia, de uma usina hidrelétrica, para a implantação de rede de tratamento de esgotos de uma cidade, coleta e reciclagem de lixo, administração do sistema de tráfego de uma grande metrópole ou mesmo para a prestação de serviços de segurança pública em determinado



município ou estado.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), segundo informou a assessoria do senador, deve definir na nesta semana a estratégia da bancada para a tramitação do projeto das parcerias público-privadas.

O que os deputados federais aprovaram foi um substitutivo do relator, Paulo Bernardo (PT-PR), com significativas mudanças em relação à iniciativa original do Executivo. A mais importante está na retirada de dispositivo que obrigava o parceiro público a observar seus limites de endividamento antes de fechar qualquer contrato de parceria.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina limites para o endividamento dos entes federados, mas o texto do projeto ressalva que somente as parcerias para "obras públicas" serão consideradas dívidas. As demais formas de parceria com empresas privadas serão consideradas como "de

caráter continuado", o que não as submete aos limites impostos pela LRF. Outra mudança introduzida pela Câmara dos Deputados exige a emissão de uma licença ambiental.

O projeto aprovado na Câmara condiciona a assinatura de qualquer contrato pela União à aprovação prévia de um órgão gestor a ser criado no futuro pelo Executivo federal. Além disso, 30 dias antes do lançamento do edital de concorrência, deverá ser realizada uma audiência pública, para que as autoridades possam explicar detalhadamente à comunidade o objeto da licitação proposta, valor e prazo de duração do contrato.

Durante a vigência desses compromissos, os ministérios e as agências reguladoras de cada área ficam com a missão de fiscalizar os projetos executados. Ao Conselho Monetário Nacional caberá o papel de estabelecer diretrizes para concessão de crédito ao financiamento de contratos assinados.

Jucá assume vice-liderança e pede fim de conflitos

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou na sexta-feira, no Plenário, que assumiu a vice-liderança do governo no Senado. Na ocasião, o senador falou sobre a necessidade de o Executivo mediar os conflitos de terra entre os vários grupos que se defrontam em Roraima. Segundo ele, o estado precisa ter sua política fundiária definida para que todos possam saber que atividades podem ser desenvolvidas na região.

– A revista britânica *The Economist* alerta o mundo que Roraima apresenta, nos dias de hoje, tanto potencial de conflitos quanto a antiga Iugoslávia, antes da guerra dos Bálcãs. A reportagem diz que a reserva Raposa/Serra do Sol dividiu o estado, colocando em confronto os índios e os plantadores de arroz – alertou.

Jucá lembrou que o grupo interministerial criado pelo governo para definir a política fundiária de Roraima está terminando seu trabalho e, assim, será possível criar condições para o desenvolvimento sustentado da região.

Ele reconheceu a necessidade de se promover a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, mas insistiu que haja "racionalidade da demarcação". Segundo o senador, a legislação indígena e ambiental do Brasil é modelo no mundo inteiro, mas precisa ser efetivada para não representar um empecilho para o desenvolvimento e o bem-estar de todos os segmentos da população.



PREOCUPAÇÃO Jucá pede racionalidade na demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol

Países ricos da Europa já utilizam o modelo

A necessidade de geração de superávits primários elevados, para assegurar a estabilidade econômica, impõe limites estreitos para a realização de investimentos com recursos públicos nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Não é um problema só do Brasil, ou dos países em desenvolvimento.

No cenário internacional, também se observa um descompasso entre a demanda de investimentos e a capacidade dos governos de responder a essa necessidade com os instrumentos financeiros tradicionais. Até mesmo os países ricos da União Européia estão sujeitos a

fortes limitações nos orçamentos públicos destinados a investimentos.

Por isso, naquele continente, vem assumindo importância crescente o modelo de parceria público-privada (PPP). Alemanha, Espanha, Grã-Bretanha e França têm hoje estradas, ferrovias, sistemas de tráfego rodoviário e aéreo, metrô e transportes urbanos administrados por meio de contratos de parceria.

A PPP utiliza modalidades inovadoras de colaboração entre os setores público e privado para viabilizar projetos de infra-estrutura e a prestação de serviços de interesse público. Os acordos de parceria provei-

tam as qualidades dos setores público e privado, estabelecendo relações de complementaridade na divisão dos investimentos, riscos, responsabilidades e ganhos. Uma das características desses acordos é vincular os pagamentos não à aquisição de ativos (bens), mas à efetiva prestação do serviço por parte do parceiro privado.

Com a PPP, o governo também poderá obter receitas de novas fontes, que não seriam possíveis no método tradicional de oferta de serviços. Exemplo disso é a apropriação da valorização imobiliária de áreas beneficiadas com investimentos de interesse público.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Leonel Pavan, Rodolpho Tourinho e João Ribeiro e pela senadora Lúcia Vânia

Veja como fiscalizar gastos públicos pela Internet

Como e onde o governo aplica os recursos arrecadados com os impostos? Quanto cada município recebe e gasta para cuidar da saúde e da educação dos seus cidadãos? Para ter a resposta a essas e outras perguntas, o cidadão pode recorrer à rede mundial de computadores, a Internet. É possível, pelas páginas oficiais dos órgãos públicos acompanhar licita-

ções, despesas com viagens e previsões orçamentárias.

Além de uma seleção de endereços eletrônicos para encontrar informações sobre a administração dos recursos, o Especial Cidadania traz uma entrevista com o senador João Capiberibe (PSB-AP), autor do projeto sobre transparência nas contas públicas. Para Capiberibe, ao tomar conhecimento dessas informações o

cidadão pode fiscalizar a destinação dos recursos. A proposta também atende, conforme o senador, o que prevê a Constituição, no *caput* do artigo 37: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência."

Capiberibe defende gestão transparente

O projeto do senador João Capiberibe (PSB-AP) obriga todos os gestores de recursos públicos do país a divulgarem, pela Internet, com atualização permanente, a execução orçamentária e financeira sob sua responsabilidade, em todas as esferas do Legislativo, Executivo e Judiciário (PLS 130/03).

Durante sua gestão como governador do Amapá, Capiberibe implantou a página *Gestão do Dinheiro Público* (www.amapa.gov.br), com todas as contas do seu governo. Nessa entrevista ao *Jornal do Senado*, o senador explicou a iniciativa e a importância da sua proposição.

Como a população respondeu à iniciativa de veiculação das contas do governo no Amapá via Internet?

A implantação propiciou a qualquer cidadão amapaense, que tenha um computador pessoal, acompanhar detalhadamente o fluxo de receitas e despesas realizadas pelo poder público no estado. Num primeiro momento, houve dificuldade, pois as pessoas não estavam preparadas para interpretar as informações originais que eram divulgadas pelo sistema de administração orçamentária e financeira do governo. Porém, os setores mais organizados da sociedade têm feito um melhor uso dessas informações desde o início. São entidades que trabalham com questões de saúde e de educação, por exemplo, e que usam as informações para acompanhar o desempenho do estado nessas áreas.

Relatórios de execução orçamentária são de difícil compreensão. O seu projeto define a forma como as informações serão apresentadas à população?

Em princípio, as pessoas menos familiarizadas com os trâmites da administração pública poderão ter dificuldades, como ocorreu no Amapá. O projeto determina que os empenhos emitidos pelo sistema financeiro-

orçamentário sejam expostos na Internet em tempo real. Empenho é uma nota por meio da qual o governo descreve as informações relevantes sobre uma despesa, como descrição do bem ou serviço a ser pago, quem o fornecerá, qual a modalidade de licitação utilizada, o valor unitário, a quantidade e o total da compra. Enfim, são informações que permitem ao interessado rastrear a origem e o destino da despesa.

Qual foi o custo de implantação do sistema no Amapá? Será viável para a União, os estados e todos os municípios adotarem o sistema?

Não haverá custo para os entes públicos que já tenham sistemas de administração financeira e orçamentária informatizados. Isso porque os próprios servidores separam a base de dados que utilizam e que vai ser tornada pública por meio de um *link* desse sistema para uma página na Internet. No Amapá, esse custo foi irrisório.

O seu projeto prevê penalidades ao administrador que não implantar o sistema?

Sim, a que já conta com seu sistema de administração do orçamento informatizado teria um ano para tornar pública essa base de dados. Aquelas que ainda não informatizaram seu sistema teriam dois anos para fazê-lo. Os administradores que não o fizerem nesses prazos deverão responder por improbidade administrativa.



Roosevelt Pinheiro

FISCALIZAÇÃO Capiberibe propõe divulgar orçamento pela Internet

Senado cria sistema que facilita controle do Orçamento

O cidadão brasileiro poderá saber o que foi feito com o dinheiro arrecadado aos cofres do Tesouro Naci-

onal por meio de um sistema que não exige conhecimentos de informática. Trata-se do Sistema de Informações Gerenciais Avançadas (Siga), usado pelos técnicos da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf) para esmiuçar os orçamentos públicos. Com o sistema, o que estava disperso em vários bancos de dados e acessível apenas às

instâncias do governo, como o Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) do Tesouro Nacional, o Sidor (Sistema Integrado de Dados Orçamentários) da Secretaria de Orçamento Federal e o Selor (Sistema de Elaboração Orçamentária do Legislativo) do Congresso Nacional, estará disponível a quem acessar o *site* do Senado.

INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NA INTERNET

LEGISLATIVO

Câmara dos Deputados – gastos da Casa no <http://www.camara.gov.br/internet/contas/>

Comissão Mista de Orçamento – tramitação das contas do governo, projetos orçamentários, relatórios de contas do TCU, emendas parlamentares ao orçamento, entre outras informações. <http://www.camara.gov.br/cmo>

Senado Federal – acesso aos contratos, compras e avisos de licitação <http://www2.senado.gov.br/contratos/contratos.htm>

Conorf – vasto material sobre o

Orçamento da União, incluindo cartilhas para quem quer entender como o orçamento é feito. <http://www2.senado.gov.br/orcamento/>

Tribunal de Contas da União – relatórios e pareceres sobre as contas do governo, situação das obras com indícios de irregularidades e muito mais.

Contas públicas – gerenciado pelo TCU, reúne as execuções orçamentárias e financeiras dos estados e municípios conforme prevê a Lei 9.755/98. <http://www.contaspublicas.gov.br>

EXECUTIVO

Controladoria Geral da União – banco de denúncias, acompanhamento orçamentário, balanço geral da União, entre outras.

<http://www.presidencia.gov.br/cgu/>

Tesouro Nacional – traz, entre outras informações, os repasses feitos aos entes da Federação. http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – entre outras informações, o Plano Plurianual 2004-2007. <http://www.planejamento.gov.br/>

Compras e serviços – contratos e licitações feitos pelo governo federal e acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais. <http://www.comprasnet.gov.br/>

Ministério da Ciência e Tecnologia – despesas empenhadas. <http://www.mct.gov.br/empenho/Default.htm>

www.mct.gov.br/empenho/Default.htm

Ministério da Saúde – traz os valores financeiros transferidos para os estados e municípios e onde eles estão sendo aplicados. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/recsus/rsmmap.htm>

Ministério da Educação – reúne os relatórios com os programas e os repasses dos recursos no *site* <http://www.fnde.gov.br/>

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – reúne farto material sobre a administração pública, incluindo relatórios, balanços fiscais e legislação. <http://www.federativo.bndes.gov.br>

Banco Central – traz informações que ajudam a esclarecer a política econômica adotada pelo governo. <http://www4.bcb.gov.br/?FAQECONOMIA>

JUDICIÁRIO

Supremo Tribunal Federal – na opção Licitações, traz editais, contas públicas e relatórios de gestão fiscal. <http://www.stf.gov.br>

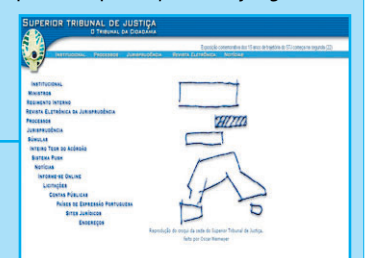
Superior Tribunal de Justiça – na opção Contas Públicas, reúne demonstrativos de gastos com compras, contratos, relatórios de gestão e resumo orçamentário. <http://www.stj.gov.br>

Tribunal Superior Eleitoral – na opção Contas Eleitorais, é possível saber as despesas e receitas dos candidatos, entre outras informações. <http://www.tse.gov.br>

Tribunal Superior do Trabalho – na opção Contas Públicas, traz os contratos, compras, relatórios de

gestão e as informações sobre os gastos na construção da nova sede. <http://www.tst.gov.br/>

Tribunal de Justiça de Santa Catarina – mostra a prestação de contas pela Internet, incluindo ressarcimentos e gastos com telefonia, por exemplo. <http://www.tj.sc.gov.br>



SOCIEDADE CIVIL

As Claras – informações e análises sobre financiamento aos candidatos às eleições de 2002. <http://www.asclaras.org.br/>

Ong Transparência Brasil – indicadores, estudos e pesquisas sobre corrupção e assuntos correlatos. www.transparencia.org.br

Folha de S.Paulo – perfil e patrimônio declarados dos políticos brasileiros. <http://www.controlepublico.com.br>

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – projetos em curso no Congresso Nacional e acompanhamento da atuação parlamentar. <http://www.diap.org.br>

Instituto Ethos – oferece gratuitamente o *Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal* e o livro *O Combate à Corrupção nas prefeituras do Brasil*. <http://www.ethos.org.br>

Por intermédio do Siga, será possível obter informações sobre elaboração, execução, fiscalização e controle dos gastos públicos. Em fase final de implantação na Internet, o sistema deverá ser lançado em breve, de acordo com o responsável pela Conorf, Fábio Gondim. "É um primeiro passo para o controle social do orçamento federal", diz ele.

Projeto de então senador José

Eduardo Dutra, atual presidente da Petrobras, prevê o acesso da sociedade civil ao Siafi. Pela proposta (PLS 124/99), as entidades representativas dos trabalhadores, órgãos de imprensa e organizações não-governamentais também poderão acessar os dados. Já aprovada pelos senadores, a proposição aguarda relatório na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara.